



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2009.

Comunicação nº 120/09- TJD/RJ

**Despacho do Presidente do Tribunal de Justiça
Desportiva /RJ**

**Processo: 165/09 Recurso Voluntário com Pedido
de Efeito Suspensivo**

Recorrente: C.R. Flamengo (Alexi Stival)

**Recorrido: Decisão da 3ª Comissão Disciplinar
Regional.**

Despacho: CONVERSÃO DE PENA

- 1. Trata-se de requerimento de desistência de todo e qualquer Recurso Voluntário que poderia ser interposto de decisão do Pleno do TJD que manteve decisão da 3ª Comissão Disciplinar na pena de 30 (trinta) dias e, em consequência, o subsequente trânsito em julgado da decisão.**
- 2. Requer a conversão de sua pena mediante a execução de atividades de interesse público, eis que já cumprida a metade da mesma na forma do parágrafo único do artigo 172 do CBJD para que possa atuar normalmente no jogo da final da Taça Rio.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 3. De plano homologo a desistência nos termos em que requerida para que produza seus legais efeitos.**
- 4. Transitada em julgado a decisão, com fulcro no § único do art. 172 do CBJD¹, converto o cumprimento da metade da pena do Requerente no seguinte:**
 - (a) a realização, dentro de 30 (trinta) dias a contar da presente, pelo Requerente, de 03 (três) palestras junto a Comissão de Árbitros da FERJ-COAF-RJ, uma em cada um dos módulos (Verde, Azul e Amarelo), conforme datas, cronograma e programa a ser estabelecido entre a COAF-RJ e o patrono do Requerente, Michel Asseff Filho, observando-se datas que não prejudiquem as atividades dos mesmos;**
 - (b) o pagamento de 100 (cem) cestas básicas, a serem distribuídas às entidades já cadastradas perante o TJD, conforme relação já divulgada, devendo ser entregues no próximo dia 24 de abril de 2009, na sede deste TJD, nomeando o patrono do Requerente, Michel Asseff Filho, como depositário fiel das aludidas cestas básicas;**

¹ Art. 172 – A suspensão por prazo priva o punido de participar de quaisquer competições na respectiva modalidade desportiva, de ter acesso a recintos reservados de praças de desportos, excluída a entidade de prática a que pertencer, de praticar atos oficiais referentes à respectiva modalidade desportiva e exercer qualquer cargo ou função em poderes de entidades de administração do desporto da modalidade e na Justiça Desportiva.

Parágrafo único. A critério e na forma estabelecida pelo presidente do órgão judicante, e desde que requerido pelo punido após o trânsito em julgado da decisão condenatória, até metade da pena de suspensão por prazo, poderá ser cumprida mediante a execução de atividades de interesse público, nos campos da assistência social, desporto, cultura, educação, saúde, voluntariado, além da defesa, preservação e conservação do meio ambiente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

(c) advirto que o não cumprimento da decisão (itens “a” e “b”), ficará o Requerente sujeito às penas do artigo 223 do CBJD com conseqüente suspensão automática, na forma da lei.

5. Encaminhe-se ofício à COAF-RJ com cópia da presente.

6. Publique-se e cumpra-se.

**Antonio Vanderler de Lima
Presidente**